



## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Procuradoria-Geral do Estado

XIII Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso no cargo inicial da carreira de Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul

### PROVAS ESCRITAS

#### GRUPO I – DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL

#### CIVIL

1. Leia e analise o seguinte caso hipotético:

Por meio de Decreto, o Chefe do Executivo de um Estado da Federação aumenta o valor do pedágio a ser pago pelos usuários de rodovia estadual cuja manutenção e conservação foi objeto de contrato de concessão, alegando-se a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das atividades da concessionária.

Por considerar o aumento abusivo, o Poder Legislativo estadual (Assembleia Legislativa), com base em dispositivo da Constituição Estadual que por simetria com o art. 48, V, da Constituição Federal o autoriza a sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, edita Decreto legislativo *sustando* a eficácia do Decreto do Chefe do Executivo que aumentou o valor do pedágio, como já explicado acima, restabelecendo, assim, o valor anteriormente vigente.

A partir da análise do caso hipotético acima delineado e colocando-se na posição de **Procurador do Estado** designado para adotar as medidas judiciais cabíveis para a defesa do ato do Chefe do Poder Executivo (Decreto), responda às seguintes indagações, justificando e fundamentado suas respostas:

- a) **Qual** ou **quais** as medidas judiciais cabíveis para o restabelecimento da eficácia do ato do Governador do Estado? Explique.
- b) Quais os fundamentos jurídico-constitucionais adequados à defesa do ato em questão? Explique-os.
- c) Qual a regra de competência para a(s) medida(s) judicial(ais)? Fundamente.

**OBSERVAÇÕES:** A questão tem como valor total global 3.0 (três) pontos, sendo que cada uma das 3 (três) indagações terá como pontuação máxima individual 1.0 (um) ponto cada uma. O número máximo de linhas para a resposta às três indagações é de 20 (vinte) linhas, anotando-se que as linhas excedentes deste total *não serão objeto de correção*.

2. Sobre o novo paradigma do **TRANSCONSTITUCIONALISMO**, responda às seguintes questões:

- a) Como o *transconstitucionalismo* formula os elementos caracterizados da Constituição transversal do Estado nacional? **Explique**.

b) O que o paradigma do *transconstitucionalismo* caracteriza como “constitucionalismo provinciano”? **Explique.**

c) Como deve ser compreendida a proposta do *transconstitucionalismo* da “conversação entre Cortes” e quais seus **limites**? **Explique.**

**OBSERVAÇÕES:** A questão tem como valor total global de 1.5 (um ponto e meio), sendo que cada uma das 3 (três) indagações terá como pontuação máxima individual 0.5 (meio ponto) ponto cada uma. O número máximo de linhas para a resposta às três indagações é de 20 (vinte) linhas, anotando-se que as linhas excedentes deste total ***não serão objeto de correção.***

3. Qual a correlação do princípio da divisão de poderes com o princípio que traduz o dever da ***conformidade funcional*** em sua aplicação direta no campo da jurisdição constitucional? **Explique e fundamente** sua resposta.

**OBSERVAÇÕES:** A questão tem como valor total global de 1.5 (um ponto e meio). O número máximo de linhas para a resposta é de 20 (vinte) linhas, anotando-se que as linhas excedentes deste total ***não serão objeto de correção.***

4. Com a entrada em vigor do novo CPC (Lei nº 13.105/2015) restou estabelecido que a jurisprudência deve se manter estável, íntegra e coerente, bem foi fixado um rol de decisões que devem obrigatoriamente ser observadas pelos juízes e Tribunais. Considerando o caráter vinculativo atribuído a estas espécies de decisões, explique como identificar um precedente judicial e de que forma é possível afastar sua incidência.

**OBSERVAÇÕES:** A questão tem como valor total global de 1.5 (um ponto e meio). O número máximo de linhas para a resposta é de 20 (vinte) linhas, anotando-se que as linhas excedentes deste total ***não serão objeto de correção.***

5. Explique a sistemática do prequestionamento exigido para a interposição do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário.

**OBSERVAÇÕES:** A questão tem como valor total global de 1.5 (um ponto e meio). O número máximo de linhas para a resposta é de 20 (vinte) linhas, anotando-se que as linhas excedentes deste total ***não serão objeto de correção.***

6. Em respeito à segurança jurídica, as decisões judiciais são dotadas de algum grau de estabilidade. Diante disto, explique o instituto da estabilização da Tutela Antecipada Antecedente (art. 304, CPC) e justifique se há ou não coisa julgada material neste caso.

**OBSERVAÇÕES:** A questão tem como valor total global de 1.0 (um ponto). O número máximo de linhas para a resposta é de 20 (vinte) linhas, anotando-se que as linhas excedentes deste total ***não serão objeto de correção.***